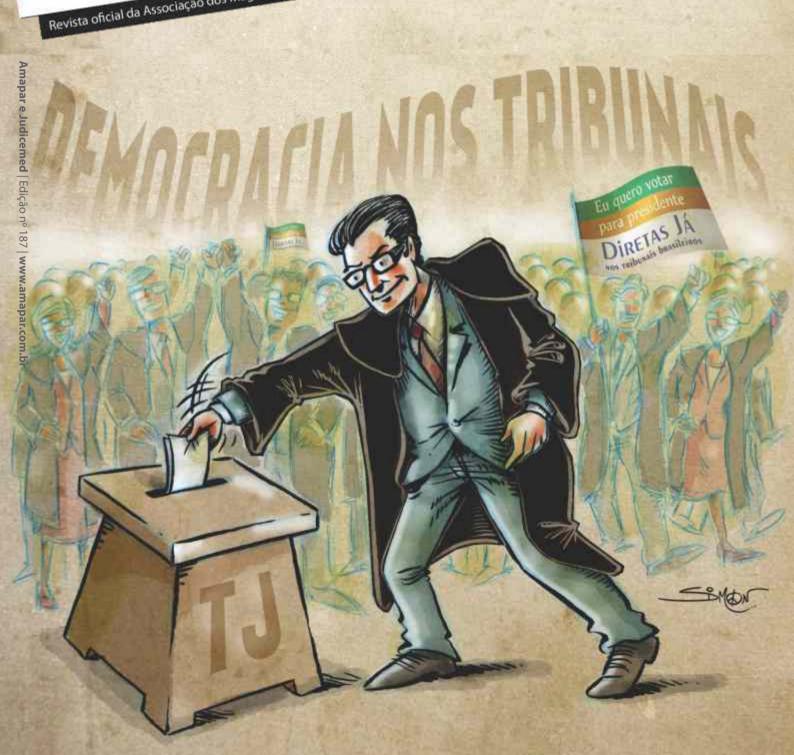
Rimos Revista oficial da Associação dos Magistrados do Paraná e Judicemed





Impresso Especial

91227718-3/11 DR/PR



O 1º Grau quer votar

pág. 04

JORNALISTA RESPONSÁVEL Rômulo Cardoso

EDIÇÃO GRÁFICA Bruna Zonatto

ILUSTRAÇÃO DE CAPA Simon Taylor

FALE CONOSCO Críticas, comentários e sugestões podem ser enviados

para o e-mail imprensa@amapar.com.br ou pelo telefone (41) 3017-1622.

AMAPAR

Presidente Frederico Mendes Junior

1.º Vice-Presidente Nilce Regina Lima

2.º Vice-Presidente Laryssa Angélica Copack Muniz

3.º Vice-Presidente Aurênio José Arantes de Moura

4.º Vice-Presidente Luiz Taro Oyama

5.º Vice-Presidente João Maria de Jesus Campos Araújo

6.º Vice-Presidente Geraldo Dutra de Andrade Neto

1.º Secretário¹ Márcio José Tokars

2.º Secretário¹ Roberto Antonio Massaro

1.º Tesoureiro¹ César Ghizoni

2.º Tesoureiro¹ Michela Vechi Saviato

Diretores Executivos

Eduardo Casagrande Sarrão

Diego Santos Teixeira

Nicola Frascati Junior

Fábio André Santos Muniz

Fernando Bueno da Graça

Noeli Salete Tavares Reback

Antonio Lopes de Noronha Filho

Luiz Fernando Tomasi Keppen

JUDICEMED

Presidente Frederico Mendes Junior

Vice-Presidente Luciano Carrasco Falavinha Souza

Diretor Financeiro Luís Carlos Xavier

Diretor Administrativo Nicola Frascati Junior

Conselho Fiscal - Presidente Stewalt Camargo Filho

Conselho Fiscal – Membros

Rui Antonio Cruz

José Candido Sobrinho

Conselho Fiscal - Suplente

Michela Vechi Saviato

Conselho Gestor

Antonio Renato Strapasson

Hayton Lee Swain Filho

Shiroshi Yendo

Antonio Loyola Vieira

EMAP

Diretor Geral Francisco Cardozo Oliveira

Supervisor Pedagógico Lourenço Cristóvão Chemim

Coord. Geral de Cursos Rodrigo Fernandes Lima Dalledone

Curitiba - Diretor Daniel Ribeiro Surdi de Avelar

Curitiba - Vice-Diretor Eduardo Novacki

Cascavel - Diretor Leonardo Ribas Tavares

Cascavel - Vice-Diretor Filomar Helena Perosa Carezia

Foz do Iguaçu - Diretor Wendel Fernando Brunieri

Foz do Iguaçu – Vice-Diretor Marcos Antonio de Souza Lima

Londrina - Diretor Rodrigo Afonso Bressan

Londrina -Vice-Diretor José Ricardo Alvarez Vianna

Maringá – Diretor Fabio Bergamin Capela Ponta Grossa – Diretor Hélio César Engelhardt

Ponta Grossa – Vice-Diretor Gilberto Romero Perioto

Apoio e Valorização ao Magistrado Sigurd Roberto Bengtsson Segurança Leonardo Bechara Stancioli Boas Práticas Joeci Machado Camargo Assuntos Institucionais Carlos Henrique Licheski Klein Assuntos Legislativos Glauco Alessandro de Oliveira, Antônio José Carvalho da Silva Filho Assuntos Previdenciários Marcos Antonio da Cunha Araujo Aposentados João Maria de Jesus Campos Araújo Diretor Comunicação Social Rogerio Ribas, Marcelo Pimentel Bertasso Convênios Francisco Carlos Jorge Cultural - Diretor Noeval de Quadros Cultural - Membros Ivanise Maria Tratz Martins, Flavia da Costa Viana, Fernanda Karam de Chueiri Sanches, Osvaldo Canela Junior Divulgação e Revista Joatan Marcos de Carvalho Esportes Davi Pinto de Almeida Atletismo Roger Vinicius Pires de Camargo Oliveira Atletismo Shaline Zeida Ohi Yamaguchi Futebol Davi Pinto de Almeida Esporte Feminino Fernanda Karam de Chueri Sanches Informática Rui Portugal Bacellar Filho Integração - Curitiba, RMC e Litoral Bruna Cavalcanti de Albuquerque Zandomeneco Integração - Interior Marcelo Pimentel Bertasso Jurídico Antonio Mansano Neto Direitos Humanos Sérgio Luiz Kreuz Memória e Arquivo Chloris Elaine Justen de Oliveira Mútua Themis Almeida Furquim Obras - Diretor Fernando Ferreira de Moraes Obras - Vice-Diretor Luiz Carlos Bellinetti Ouvidoria Suzana Massako Hirama Loreto de Oliveira Patrimônio Marco Vinicius Schiebel Pensionistas Marilia de Oliveira Viel Planejamento Estratégico Wellington Emanuel Coimbra de Moura Sersocial - Diretor Joel Pugsley Sersocial - Membros José Luiz Dosciatti, Gilberto Ferreira, Raul Luiz Gutmann, André Carias de Araújo Social - Diretora Beatriz Fruet de Moraes Vice-Diretora Ana Paula Kaled Accioly Rodrigues da Costa Vice-Diretora Andrea Fabiane Groth Busato Tênis - Diretor Wilson José de Freitas Junior Tênis - Diretor André Carias de Araujo SEDES Colombo - Diretor José Luiz Dosciatti Foz do Iguaçu - Diretor Rodrigo Luis Giacomin Foz do Iguaçu - Vice-Diretor Wendel Fernando Brunieri Guaratuba - Diretor João Maria de Jesus Campos Araújo Guaratuba - Vice-Diretor Marcos Antonio da Cunha Araújo Maringá - Diretor Antonio Mansano Neto Maringá - Vice-Diretor José Camacho Santos Pilarzinho - Diretor Leomir Binhara de Mello Pilarzinho - Vice-Diretor Romero Tadeu Machado Piraquara - Diretor Nelson França Pereira Piraquara - Vice-Diretor Davi Pinto de Almeida Ponta Grossa - Diretor Noeli Salete Tavares Reback Ponta Grossa - Vice-Diretor Heloisa da Silva Krol Conselho Fiscal - Presidente Jederson Suzin Membros Jeane Carla Furlan, Giovanna Rechia de Sá, Jurema Carolina da Silveira Gomes, Marcel Ferreira dos Santos, Marcos Antônio de Souza Lima, Ricardo Henrique Ferreira Jentzsch, Ricardo Luiz Gorla, Walter Ligeiri Junior Suplentes Beatriz Fruet de Moraes, Branca Bernardi, Fabrício Voltaré, Juliano Albino Mânica, Marcelo Quentin Comissão Prerrogativas - Presidente Carlos Eduardo Mattioli Kockanny Membros da Comissão Carlos Henrique Licheski Klein, Alexandre Gomes Gonçalves, Oswaldo Soares Neto, Ariel Nicolai Cesa Dias.



A direção da AMAPAR pensa o tempo inteiro em seus associados – motivo de sua existência. Vemos todos como amigos, e é por isso o tratamento sempre especial, sincero e caloroso dirigido a quem nos procura. Esse é o tratamento que dispensamos a nossos amigos, obviamente. Queremos, com cada um dos nossos associados – que até agora apoiaram integralmente todas as iniciativas da AMAPAR, sem exceção, uma relação afetuosa e duradoura.

Hoje, o que temos, é um novo modelo de sociedade que tenta se consolidar, e que está em evidente expansão, fazendo prevalecer o valor da comunicação e informação de boa qualidade. Por isso temos investido em comunicação com nossos associados, distribuindo informações detalhadas sobre a AMAPAR, sobre a nossa relação com

outras instituições, com o CNJ e o Tribunal de Justiça. Se de um lado isso provoca um risco de exposição e vazamento de informações que, para alguns, pode representar constrangimento; de outro deixa claro que a magistratura paranaense não tem nada a esconder, é a favor da absoluta transparência, mesmo quanto aos assuntos que somente a nós interessa.

Nosso foco tem sido o que é melhor para a magistratura, sua união, seu fortalecimento. Isto porque, com magistrados bem remunerados e com condições adequadas de trabalho, quem mais se beneficia é a população, que acaba tendo uma Justiça mais efetiva. Neste contexto, foi lançada recentemente a campanha de reingresso aos quadros da AMAPAR – que já é um sucesso. Neste primeiro momento, que compreendeu simples chamado por correspondência, já obtivemos grande resposta. A partir deste mês começam as visitas pessoais a quem não está associado, com o objetivo de ouvir os motivos da saída e tentar demostrar os benefícios de fazer parte desta família.

A magistratura quer votar para presidente. É paradoxal visualizar e manter o Judiciário como garante do Estado Democrático de Direito sem que lhe seja ofertada democracia interna. A eleição direta é o que mais precisamos no momento. Dá primazia e concretude ao pluralismo, que é um dos fundamentos da República. Promove a abertura da instituição, fazendo com que o exercício do poder seja mais transparente. Cria uma nova fase de diálogo entre juízes, inclusive aproximando 1º e 2º graus (cuja divisão, a rigor, deveria ser apenas no aspecto da competência).

O ATS segue com vento na popa. Após aprovação na CCJ do Senado, foi submetido a cinco sessões para discussão – sem que tenha vingado alguma emenda. A luta, então, passou a ser conseguir pautar a PEC para votação em plenário. Na primeira semana, este mês, conseguimos, mas infelizmente – em razão das eleições – não houve quórum suficiente para votação. Como sabem, o processo legislativo de emenda à Constituição exige quórum qualificado – o que não foi possível no último esforço concentrado. A expectativa é que iremos conseguir aprovar a PEC no Senado após as eleições e antes do novo ano.

A diretoria tem dedicado especial cuidado à saúde financeira da JUDICEMED, com medidas de economia, visando a aumentar o capital do nosso plano de saúde. De outro lado, busca-se ampliar os serviços, com cadastramento de novos profissionais, adesão a novos tratamentos, ampliação da cobertura de vacinas e atividades de prevenção a doenças.

Na EMAP, os projetos de modernização estão em andamento – como a sala de aula para atividades a longa distância. O que se busca é conciliar a tradição da nossa Escola com as necessidades e demandas deste tempo, tornando-a competitiva diante dos inúmeros cursos preparatórios que surgiram nos últimos anos e, ao mesmo tempo, viável economicamente.

Boa leitura!
Um forte abraço,
Frederico Mendes Júnior
Presidente da Associação dos Magistrados do Paraná
juizfredericomendes junior@gmail.com

Propostas para a democracia

Casas legislativas e CNJ concentram pedidos para a realização de eleições diretas nos tribunais



Ministro Ricardo Lewandowski, novo presidente do STF e CNJ, considera atual sistema - restrito aos desembargadores - um macromodelo jurídico hierarquizado. "Baseado na mera antiguidade, engendrando uma estrutura que inviabiliza qualquer interlocução entre a base e a cúpula do sistema"



"A eleição direta é inexorável. Irá acontecer no máximo até o ano que vem. E assim que deve ser na democracia participativa. Não há argumento capaz de contrariar o fato que nós, juízes, resolvemos os problemas mais complexos da sociedade. No entanto, somo considerados não qualificados para a escolha dos nossos dirigentes. Isso não pode continuar assim", pontuou o Aurênio José Arantes de Moura, vice-presidente da AMAPAR e juiz em Londrina.



Investida no papel de protagonista ao atuar de forma postulatória na frente que luta pela democratização do Poder Judiciário e que permitirá a realização de eleições diretas nos tribunais, a Associação dos Magistrados do Paraná (AMAPAR) tem formulado pedidos oficiais, por meio de requerimentos e outras manifestações, para que juízes que desempenham o trabalho na primeira instância - onde tramitam mais de 85% dos processos do Judiciário - também escolham as cúpulas diretivas das instituições em que atuam.

Ainda no contexto de tratativas institucionais, a diretoria da AMAPAR tem adotado outra via, em âmbito legislativo, ao acompanhar, na capital federal, a movimentação de parlamentares que estão aliados na aprovação de Propostas de Emenda Constitucional (PEC´s), que versam sobre a abertura democrática na administração dos tribunais.

No CNJ - Uma das recentes ações da AMAPAR esteve na apresentação, no mês de julho, de uma solicitação junto ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para que a entidade paranaense figure como interessada em pedido de providências da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), justamente na análise que trata do direito ao voto dos juízes nos processos eleitorais das cortes.

Na petição apresentada pelo presidente da AMAPAR, juiz Frederico Mendes Júnior, é manifestada como legítima a aspiração de integrar tal procedimento, tendo em vista que o pedido de providências trata de assunto atinente à democratização do Judiciário, tema de interesse de toda a magistratura. O mandatário da AMAPAR condiciona o pedido com fulcro no art. 25, II, do regimento interno do CNJ. "A associação requerente tem legitimidade, na forma de seu estatuto, para o ingresso de medidas administrativas e judiciais que visem o aprimoramento do Poder Judiciário", frisou o magistrado paranaense.

Regimento interno dos tribunais - Em requerimento anterior, protocolado no mês de fevereiro deste ano junto à presidência do Tribunal de Justiça do Paraná, o presidente da AMAPAR, Frederico Mendes Júnior, expôs a necessidade de abertura democrática na administração da instituição. No pedido apresentado, a associação pleiteou alteração no Regimento Interno do TJ para que julgadores do 1º grau também votem nas eleições que definem os dirigentes da corte, salvo cargos que compreendem a atividade correicional da instituição.

No documento direcionado ao presidente do TJ, desembargador Guilherme Luiz Gomes, que é favorável às eleições diretas, é analisado que o pleito não se trata apenas de democratizar a estrutura administrativa do Poder Judiciário, mas, principalmente, de permitir a escolha daquele magistrado que, para a maioria dos membros da magistratura , se apresente como melhor gestor ou administrador da coisa pública. "E melhor gestor não apenas do Tribunal, mas sim de todo o Poder Judiciário", dispõe o requerimento.

Também é pontuado, conforme tem verificado o Conselho Nacional de Justiça, que existe atualmente no âmbito do Judiciário uma tendência de privilegiar a segunda instância em detrimento da primeira, na parte que toca à disponibilização das condições materiais para a prestação jurisdicional – considerado o grande abismo nos tribunais. "A partir do momento em que o processo de escolha tiver de passar também pela manifestação de vontade dos magistrados da primeira instância, passará a haver, em princípio, uma tendência de se fazer uma administração voltada também para a primeira instância", explica a AMAPAR.

O referido requerimento da AMAPAR apresentado ao TJ, como demonstra consulta de protocolo, está nas mãos do desembargador Jonny de Jesus Campos Marques, que analisará a possibilidade de modificar o regimento interno e conceder o direito ao voto para os julgadores do 1º grau.





Diretoria da AMAPAR estabeleceu tratativas com lideranças paranaenses para que as propostas avancem no Senado e Câmara

Esfera legislativa- Além dos pedidos apresentados no CNJ e TJ, duas Propostas de Emenda Constitucional (CCJ) que tratam da democratização dos tribunais interessam à AMAPAR e à magistratura que atua na zona de frente - o **1º Grau**. Ambas visam democratizar o Judiciário e estão em tramitação nas casas legislativas federais.

Apresentada pelo deputado Wellington Fagundes (PR), a PEC nº 187/2012 está avançada, tendo sido aprovada no ano passado pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara. Referente à proposta analisada pelos deputados, a AMAPAR demonstra otimismo, pois conversas da diretoria da associação com a bancada paranaense de parlamentares resultaram em pedidos, direcionados ao presidente da Câmara, para que a matéria seja discutida em comissão especial, que antecede o plenário de votação. Após reuniões com a diretoria da AMAPAR, os deputados paranaenses Rubens Bueno (PPS) e Fernando Francischini (Solidariedade) solicitaram à presidência da casa de leis a formação da referida comissão.

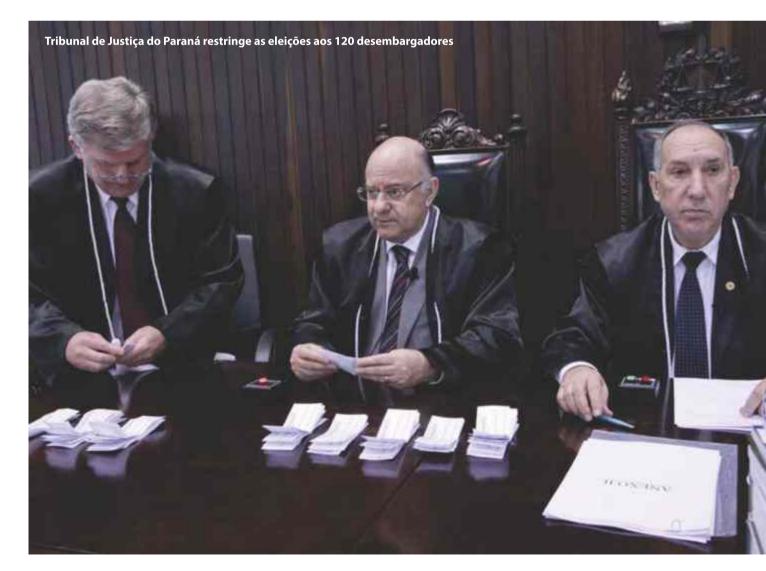
Para o magistrado Márcio Tokars, secretário-geral da AMAPAR, que esteve ao lado de Frederico Mendes Júnior na capital federal, em meados de julho, a **PEC das Diretas**, que está sob análise da Câmara, consagra os princípios democráticos basilares. Tokars afirma que uma análise bem atenciosa em comissão

especial será de extrema importância para a boa tramitação da proposta. "É importante que a comissão especial tenha parlamentares sensíveis a esta causa primordial".

Paralelamente à Câmara, a AMAPAR tem trabalhado pelo avanço da **PEC nº 15/2012**, em tramite no Senado, e que trata do mesmo tema. Na casa dos senadores, o processo legislativo possui tramitação diferenciada. Lá, a PEC, de autoria do senador Vital do Rêgo (PMDB), aguarda discussão na Comissão de Constituição e Justica e, posteriormente, será enviada diretamente ao plenário.

Tanto as propostas da Câmara, como a do Senado, são acompanhadas diuturnamente pela AMAPAR, como frisa o presidente Frederico Mendes Júnior. Segundo o magistrado, qualquer uma delas que consiga avançar primeiro estará de bom grado para a magistratura.

Incabível - O dirigente da AMAPAR também critica o fato de, atualmente, apenas menos de 10% dos magistrados poderem votar nas eleições dos tribunais. "Dizer que o juiz de Direito que atua no 1º grau não tem condições de eleger seu dirigente chega a soar ofensivo. Se é capaz de decidir a liberdade das pessoas, o destino das famílias, o futuro de uma criança, dirigir a escolha democrática para os cargos mais relevantes na República, é evidente que tem condições de uma escolha simples como a do dirigente da própria instituição que pertence", pontua Frederico.





Relatoria de alteração do regimento interno do TJ caberá ao desembargador Jonny Marques; PEC do deputado Wellington Fagundes aguarda comissão especial; proposta do senador Vital do Rêgo também pretende democratizar tribunais.

Eleições restritas aos desembargadores

- O TJ do Paraná conta com mais de 800 juízes
- Apenas os 120
 desembargadores votam
- O primeiro grau não vota, não interfere na administração e julga 85% da carga que chega ao Judiciário. Você acha isso justo?
- Juízes da primeira instância não possuem discernimento suficiente para escolher a cúpula?









Não foram 42 quilômetros, percurso correspondente à clássica prova esportiva disputada por atletas profissionais altamente preparados. Mas, foram cinco meses de dúvidas, entraves e persistência da Associação dos Magistrados do Paraná (AMAPAR) - e de toda magistratura paranaense - para que, enfim, no dia 2 de julho de 2014, o auxílio-moradia, aprovado por ordenamento jurídico estadual, ganhasse concretude e resposta mais efetiva. Após aprovação por parte dos desembargadores que formam o Órgão Especial do Tribunal de Justiça, colegiado máximo para trato de assuntos administrativos e contenciosos da corte, o auxílio-moradia foi regulamentado quanto à delimitação e concessão.

Longa corrida - Como uma verdadeira maratona, em ambiente de tratativas, paciência e incertezas quanto à verdadeira distância da linha final. O longo e cansativo desafio começou com o encaminhamento do projeto de lei à Assembleia Legislativa do Paraná (Alep), de autoria do Tribunal de Justiça do Paraná, para que o auxílio-moradia - assim como ocorrem em diversos estados, Tribunais Superiores e Conselho Nacional de Justiça - fosse também pago à magistratura que exerce a função no Paraná.

Os primeiros quilômetros foram percorridos pela diretoria da AMAPAR no acompanhamento de sessões da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Alep, que apreciou e aprovou a constitucionalidade do benefício por maioria de votos. Após enfrentar a contrariedade de poucos parlamentares, o projeto de lei que tratava do auxílio-moradia foi aprovado na CCJ com apenas três votos contrários e passou às mãos do presidente

da Casa, o deputado Valdir Rossoni (PSDB), para que, enfim, após pequenas divergências quanto à data para apreciação, fosse determinada a votação em plenário.

"Poucas vezes se viu tanto engajamento e iniciativas individuais de magistrados em busca de um ideal comum. Trata-se, do ponto remuneratório, do maior avanço desde 2006. A luta, o esforço, a crença sincera de que conseguiríamos alcançar nosso objetivo estão sendo recompensados", enfatizou Frederico Mendes Júnior, presidente da AMAPAR.





Maratona completa

Após muita angústia, Orgão Especial do Tribunal de Justiça do Paraná finalmente regulamenta a concessão do **auxílio-moradia**

Antes dos debates abertos, em sessões plenárias, o presidente da AMAPAR, Frederico Mendes Júnior, assim como tem ocorrido em outras tratativas "sindicais" da entidade, encaminhou boletim para lembrar que a aprovação do projeto dependeria de iniciativa coletiva dos magistrados. "Cumpre destacar, também, a iniciativa de muitos magistrados que, unidos em torno de um objetivo único, nas mais diversas localidades, conversaram com parlamentares sobre os anseios da magistratura", comentou.

Nas mãos dos deputados - Na votação realizada em plenário pelos deputados estaduais, mais de 40 magistrados, entre diretoria da AMAPAR, desembargadores e juízes de diversas comarcas estiveram presentes na sessão realizada dia 25 de fevereiro que aprovou o projeto de lei que concede o benefício de moradia aos representantes da magistratura paranaense.

Como justificativas à concessão do benefício, parlamentares argumentaram, durante sessão plenária, que o auxílio-moradia resgata a valorização da magistratura e Poder Judiciário. "Temos que ter remuneração digna aos homens que exercem funções de alta responsabilidade", discursou Ney Leprevost (PSD), ao subir à tribuna da Casa de Leis.

O deputado Nereu Moura (PMDB) lembrou das grandes transformações positivas que o Judiciário paranaense provocou, principalmente a partir da gestão do desembargador Miguel Kfouri Neto, que presidiu o TJ no biênio 2011/2012. "Esse projeto de lei oferece condições adequadas para que juízes possam cumprir o seu papel constitucional. Acho justo o pedido", pontuou o parlamentar. Após os debates, o projeto foi aprovado com 40

votos favoráveis e apenas 8 contrários. A promulgação foi assinada no dia 11 de março.

Tratativas no TJ - Após passar pelas esferas Legislativa e Executiva, o auxílio-moradia, com lei própria definida e aprovada, voltou ao Tribunal de Justiça do Paraná para que a presidência e Órgão Especial apreciassem detalhes sobre o início do pagamento, valores e quem receberia o benefício. Mesmo com a formação de uma comissão específica, presidida pelo desembargador Adalberto Xisto Pereira, que ficou encarregada de editar uma minuta de resolução referente ao benefício, as incertezas não terminaram.

A magistratura paranaense, que corria atrás de 17 estados da federação, tribunais superiores e até o CNJ - onde o auxílio-moradia é concedido – permaneceu em dúvida quanto à implementação. Mesmo com o desgaste ocasionado pelas tratativas, após muita conversa e negociação, a AMAPAR comemorou a conquista regulamentada pelos desembargadores do Órgão Especial, pois, segundo o dirigente da AMAPAR, Frederico Mendes Júnior, ouviram os anseios da classe. "Este assunto, nestes últimos quatro meses, esteve presente na vida de cada magistrado paranaense. Foi um benefício construído por cada juiz, cada desembargador, dentro do seu círculo mais próximo. Além da atuação institucional da AMAPAR, que esteve à frente e coordenou todo o trabalho desde o início, cada um de seus associados se dedicou muito para que o reconhecimento deste direito ocorresse", afirmou o magistrado representante da entidade de classe.





Debates para aprovação e regulamentação do auxílio-moradia passaram pela CCJ, Plenário da Assembleia, presidência do TJ e Órgão Especial.

Regras

- O auxílio-moradia corresponderá a 15% do subsídio recebido pelo magistrado que requerer
- Não receberá o magistrado cujo cônjuge, companheiro ou qualquer outra pessoa que resida em sua companhia, já recebe verba com a mesma finalidade
- Pago em 17 Estados da Federação, o auxílio-moradia está previsto, desde 1986, no art. 65, inciso II, da Lei Orgânica da Magistratura Nacional (Lei Complementar Federal n.º 35/1979)
- Os gastos com a implementação da ajuda de custo para moradia dos magistrados recairá, única e exclusivamente, sobre o orçamento do Poder Judiciário Estadual, não havendo necessidade de nenhum repasse do Poder Executivo

"Estamos tratando dos melhores profissionais que existem no mercado – que na inciativa privada teriam remuneração muito maior.

Temos que ter uma remuneração adequada e uma boa estrutura de trabalho para resolver problemas como a falta de juízes nas comarcas", defendeu Frederico Mendes Júnior, presidente da Associação dos Magistrados do Paraná, ao conceder diversas entrevistas aos órgão de imprensa.

"O auxílio-moradia foi construído por todos. A AMAPAR organizou estratégias e foi a voz da magistratura. Não concordaremos nunca com a perda de direitos e prerrogativas que nos são garantidas pela Constituição e LOMAN", disse a vice-presidente da AMAPAR, a juíza Nilce Regina Lima.



Em busca do dinamismo

EMAP cria sala tecnológica para venda de aulas e altera o sistema de cursos de especialização

Instituições vinculadas ao Poder Judiciário têm investido cada vez mais – e com mais comprometimento - na busca pelo aprimoramento tecnológico, não apenas com o crescente desenvolvimento do processo digital, mas também na produção de conhecimento ao público interessado. Intencionada em expandir os serviços e despertar a atratividade de magistrados e público externo, além de preservar o bom nome que ostenta, a Escola da Magistratura do Paraná (EMAP) passa agora a investir na interação digital ao inaugurar uma sala especial para produção, gravação e venda de cursos específicos, além da transmissão de eventos.

Quem atesta a necessidade de evolução e também explica o novo investimento da EMAP é o diretor-geral da instituição, o juiz Francisco Cardozo de Oliveira. Como destaca o magistrado, apenas o respeito que a Escola possui na comunidade jurídica não credencia a instituição para que ela permaneça atualizada às tendências do universo educacional, principalmente na área jurídica. "A EMAP sempre foi uma instituição de ponta, respeitada, com grande preocupação pedagógica. Estava faltando dar esse salto para estimular a atratividade por parte do público, com cursos mais dinâmicos. A criação da sala vem com essa perspectiva. Queremos oferecer cursos com boa qualidade de vídeo, ou seja, sem improvisos", afirma o magistrado. O primeiro passo, que serviu como projeto piloto, foi a utilização do novo espaço para sediar e transmitir em julho deste ano o curso de Administração Judiciária e Gestão de Pessoas, com a participação e aprovação de 100 magistrados.

Agora, além de oferecer maior qualidade e dinamismo nos eventos transmitidos para magistrados, a EMAP também passará a produzir cursos específicos, para venda ao público externo, nas mais variadas áreas do Direito. "Poderemos vender pacotes de cursos, ou minicursos. Teremos um produto, com bons professores, com um pacote de aulas para os interessados. Creio



que no ano que vem teremos retorno do investimento feito com a construção da sala", explica Francisco Oliveira. A finalidade da sala também será de grande valia para magistrados, como conta o diretor, pois poderá atender um maior número de interessados nos cursos oferecidos, sem a necessidade de solicitar dispensa, junto ao TJ, para quem tiver interesse em determinado evento. "Poderemos atingir 180, 200 magistrados, além de não termos custos com diárias e demais gastos de viagens", afirma.

Equilíbrio - O presidente da AMAPAR, Frederico Mendes Júnior, considera o atual momento como crucial pela EMAP para que ela encontre definitivamente o equilíbrio entre a tradição que carrega e as atuais exigências do mercado. "O modelo atual, isolado, não sobrevive por mais cinco ou dez anos. O número de interessados em nossos cursos deixa isso claro. A ideia é que nestes dois anos nós consigamos iniciar a transição, com novos modelos de cursos, emprego de tecnologia, fazendo com que a EMAP proporcione cursos de qualidade e, ao mesmo tempo, seja economicamente viável para a AMAPAR, de quem é um departamento", explica.

Mudanças – Outra mudança pontual nos rumos da Escola, como conta Francisco Oliveira, está no Curso de Preparação para magistratura, tradicionalmente ofertado pela EMAP. Após uma reunião do conselho da EMAP, também para despertar o interesse de mais alunos, os interessados poderão escolher pela preparação para a carreira de magistrado, ou por aprimorar o currículo, ao cursar uma especialização. "Teremos dois cursos correndo em paralelo. Teremos 70% de aulas comuns, mas com mudanças pontuais ao final, onde, por exemplo, o pessoal focado no concurso teria mais aulas para resolução de questões. A mensalidade continuará a mesma, mas ele terá a opção. Os cursos também serão mais objetivos, sem muitas provas, por exemplo", conta o magistrado.







Grandes líderes: Alceste Ribas de Macedo, Antônio Franco Ferreira da Costa e Francisco de Paula Xavier Neto.

11 de agosto AMAPAR 57 anos

Com muito gosto e prazer saúdo a AMAPAR na data comemorativa aos 57 anos de sua existência. No início, nos idos de 1957, nos primeiros tempos a Associação dos Magistrados do Paraná cuidava de amparar o juiz, ajudá-lo. Postulava pela regularidade dos pagamentos, mantinha um bem estruturado departamento de empréstimos, facilitava a aquisição de livros, atendia-o nas dificuldades de saúde, transporte e comunicação.

A magistratura paranaense era uma grande família. Todos se conheciam. As constantes dificuldades financeiras e o apoio da AMAPAR davam garantias ao magistrado para a aquisição de bens maiores, como automóvel e casa própria. Isto despertou e valorizou o sentimento associativo, de auxílio mútuo, de solidariedade.

A AMAPAR era muito importante para o magistrado. O progresso social trouxe a melhoria dos meios de comunicação e das estradas. A Associação proporcionava aprimoramento jurídico, atendimento à saúde e ao lazer. A Judicemed engatinhava, não tinha ainda as dimensões de um plano de assistência médica.

A Escola da Magistratura preparava os novos magistrados, além de ministrar cursos proporcionava oportunidade ao juiz de lecionar. A Mútua foi criada baseada nos valores superiores do ser humano, em que se incluem a honra e a probidade. E a JUDICEMED se consolidou como guardiã da saúde do magistrado.

Atualmente, a AMAPAR é uma grande empresa com mais

de mil associados. O trabalho do magistrado continua tão intenso quanto foi naquele início, sempre com o objetivo de defender a atividade judicante e manter sua independência.

Em 1957, o saudoso juiz Alceste Ribas de Macedo, numa atitude inédita, mudou os rumos do Poder Judiciário paranaense. Criou, com um grupo de juízes, uma associação original, promovendo a integração do juiz, intensificando o intercâmbio cultural, fortalecendo o espírito de cooperação e solidariedade entre seus membros e incentivando outras unidades da Federação a seguir seu exemplo.

Naquele ano, 1957, governava o Paraná, Moisés Lupion, presidia o Tribunal de Justiça o desembargador José Munhoz de Mello. O Estado contava com apenas 79 comarcas, o Tribunal onze membros. Eram pouco mais de 100 magistrados.

Não havia tradição em associação de classe, muito menos nos meios forenses. No Poder Judiciário, o padrão de comportamento estabelecido, a tradição, era do juiz sóbrio, sisudo, membro de uma elite intelectual, comportamento fidalgo, mesmo que isto não correspondesse ao seu padrão econômico. O conceito de imparcialidade do magistrado era proporcional ao seu distanciamento da sociedade, incluindo seus próprios pares.

Juiz só "falava" nos autos, sua palavra era definitiva e não era para ser contestada. E desembargador era tudo isso e mais ainda, inacessível às partes, advogados e aos próprios juízes.

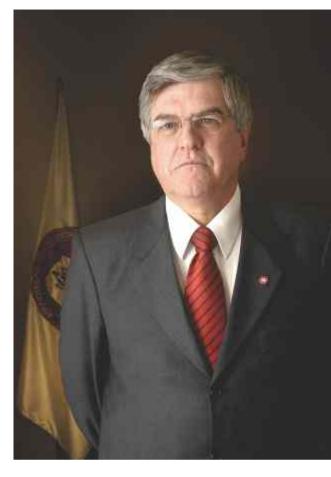
O juiz Alceste Ribas de Macedo, então titular da 1ª Vara



Chloris Elaine Justen de Oliveira é diretora do Departamento de Arquivo e Memória da AMAPAR

"A AMAPAR tem representado, com denodo, aguerrimento e brilhantismo, os Juízes do Paraná. Está presente no cotidiano da Magistratura. Quando preciso, assume a defesa do juiz e do Poder Judiciário. Essa bandeira de lutas memoráveis perdura desde a fundação da entidade. Nos dias atuais, a AMAPAR agiganta-se no cenário da magistratura nacional. Nossos líderes de hoje honram e dignificam todos os colegas que os precederam. Parabéns à nossa querida Associação!"





Cível da Capital, foi convocado pelo presidente, desembargador José Munhoz de Mello, presente o desembargador Lauro Sodré Lopes para uma audiência no Palácio Garibaldi, sede do Tribunal de Justiça. O presidente do Tribunal explicou-lhe que os desembargadores pleiteavam um aumento de vencimentos e que o Estado não tinha condições de suportar tal despesa para toda a magistratura e queria que ele, como diretor do fórum, solicitasse aos demais juízes, compreensão para com a medida discriminatória, e que no decorrer do período todos seriam atendidos.

O juiz Alceste, homem fino e educado, personalidade firme, constrangido disse:

- Des. Munhoz de Mello, des. Lauro Lopes, não tenho autoridade para, em nome de meus colegas, fazer um acordo com a presidência do Tribunal e considero uma traição concordar com tal aumento.

Ouviu a resposta:

- Dr. Alceste o senhor tem razão. Se vamos pleitear um aumento será para toda a magistratura.

Ao retornar a seu gabinete, relatou o encontro àqueles que o esperavam. Após momentos de indignação, louvaram a atitude corajosa e destemida do colega e resolveram pela criação de uma associação. E assim a Associação dos Juízes de Direito do Paraná foi criada e instalada no dia 11 de agosto, coincidindo deliberadamente com a instalação dos Cursos Jurídicos no Brasil,

ocorrida em 1827. Cada magistrado se associava de livre e espontânea vontade, pagando uma mensalidade de 20 cruzeiros.

Em 1963, o juiz Alceste foi nomeado desembargador e a Associação dos Juízes de Direto foi extinta, surgindo a Associação dos Magistrados do Paraná. Os desembargadores, que não haviam se associado anteriormente, reagiam e alguns nunca se associaram, desconsiderando qualquer movimento classista.

E assim se passaram os anos. A AMAPAR progrediu. O juiz sentiu-se seguro com o apoio da AMAPAR e passou a se manifestar em defesa da atividade judicante, a exigir respeito às decisões judiciais, ao direito do magistrado de acompanhar as reformas constitucionais.

O juiz atual é um homem de seu tempo, homem ou mulher, um operador do Direito, participa da vida social da sua comunidade, pratica esportes, utiliza sofisticados aparelhos de comunicação, interage com o desembargador, discorda do presidente do Tribunal, mas continua trabalhando diuturnamente, sozinho nas suas decisões, isolado na sua Comarca, consciente da sua representação social, da sua autoridade e de seu único compromisso, a Lei.

23 magistrados presidiram a AMAPAR nestes 57 anos. Líderes da classe, eleitos com suas diretorias empregaram o melhor de sua capacidade com o objetivo de dar condições plenas ao magistrado de bem exercer a judicatura e proporcionar-lhe, e a seus familiares, apoio no âmbito cultural, jurídico e de saúde.





Troca de comando

O desembargador Fernando Wolff Bodziak será responsável por supervisionar os Juizados Especiais do Tribunal de Justiça do Paraná daqui para a frente, ou , pelo menos, até o final de janeiro de 2014. Eleito em agosto pelo Tribunal Pleno para cumprir o chamado "mandato tampão", após a aposentadoria da desembargadora Dulce Cecconi, o desembargador pretende dar continuidade à descentralização do sistema, além do diálogo e capacitação permanentes dos que atuam nos Juizados. "A criação e estruturação de novos Centros de Justiça e Cidadania, bem como a capacitação constante de novos conciliadores, instrutores e facilitadores, missão das mais importantes da 2ª Vice-Presidência, é objetivo constante a ser alcançado", comentou Bodziak, em entrevista direcionada à AMAPAR.

Pioneira - Bodziak também destaca que a gestão da desembargadora Dulce ficará marcada na história do Poder Judiciário do Paraná. "Não apenas em virtude do pioneirismo, por haver sido a primeira mulher a integrar a cúpula diretiva do Tribunal de Justiça, mas, fundamentalmente, em razão dos avanços que empreendeu, dando continuidade às ações de seus

Posses no TJ







Três posses movimentaram o Tribunal de Justiça do Paraná. No dia 1º de Julho Cynthia de Mendonça e Guilherme Aranda Castro dos Santos tomaram posse no TJ, como juízes substitutos, em cerimônia realizada na sala de atos da presidência da corte. A Associação dos Magistrados do Paraná (AMAPAR) foi representada pela vice-presidente Nilce Regina Lima, que falou sobre a união da magistratura como requisito para o crescimento do Judiciário. "É de uma magistratura unida, irmanada e aguerrida que depende o fortalecimento da instituição e a independência do Poder Judiciário".

Magistratura de fibra - Outra posse, realizada no dia 10 de julho, marcou o início da carreira de nove juízes substitutos, Ana Carolina de Oliveira; Tatiana Hildebrandt de Almeida; Hellen Regina de Carvalho Martini Oliveira; Amanda Silveira de Medeiros; Andrea de Oliveira Lima Zimath; Eldom Stevem Barbosa dos Santos; Ferdinando Scremin Neto; Amanda Vaz Cortesi e Moema Santana Silva. Além de autoridades, familiares e amigos, o ato contou com a presença do presidente da AMAPAR, juiz Frederico Mendes Júnior, que presenteou os novos colegas com as vestes talares. "Os senhores tiveram fibra, estudaram, insistiram e lutaram mais", disse Frederico, ao evidenciar o difícil desafio superado com a aprovação no certame.

Desembargador - Outro ato solene, organizado no auditório principal do TJ, no 12° andar do prédio anexo ao Palácio da Justiça, representou a ascensão de Wellington Emanuel Coimbra de Moura ao cargo desembargador, que passou a ocupar a cadeira do magistrado Antenor Demeterco Junior, aposentado em maio deste ano. "Assumo o cargo de desembargador como mais uma missão no último quartel da minha vida. Pronto estou para o destino que, pela fidalguia de meus pares, Deus me confiou. Agradeço a Deus pedindo forças para que eu possa continuar a servir o povo com dignidade e independência", disse Wellington Moura, ao discursar em sua posse. O magistrado exerce a função de diretor do departamento de planejamento estratégico da AMAPAR.





Paranaenses e paulistas

Membros da diretoria da Associação dos Magistrados do Paraná estiveram em São Paulo para uma visita institucional à sede da APAMAGIS. Na pauta da reunião com os colegas paulistas foram tratados os assuntos atuais que tramitam em âmbito legislativo, benefícios legais inerentes à classe, planos de saúde e a gestão administrativa das entidades.

Representaram a AMAPAR no encontro o presidente Frederico Mendes Júnior, o vice-presidente, Geraldo Dutra de Andrade Neto e o diretor executivo, Nicola Frascati Junior.

Em comum - Ao avaliar a reunião, Frederico destaca os interesses comuns entre magistrados paranaenses e paulistas, além de uma identidade cultural e histórica entre os estados.

"Somos vizinhos. A magistratura, tanto aqui como lá, são muito parecidas - respeitadas, evidentemente, as peculiaridades de cada uma. Neste contexto, indiscutível, do ponto de vista geopolítico, os benefícios de um relacionamento fraterno. A AMAPAR pretende fortalecer suas alianças, sempre no interesse da magistratura brasileira - que em sentido macro coincidem com os interesses da população", afirmou o mandatário da AMAPAR.

Após a reunião na entidade paulista, os magistrados foram recepcionados pelo desembargador José Renato Nalini, presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo.

Foz, capital mundial

Representantes da AMAPAR e AMB fizeram uma reunião no final do mês de junho, em Curitiba, para tratar dos preparativos referentes ao 57° Simpósio da União Internacional de Magistrados (UIM), que acontece na cidade de Foz do Iguaçu, entre os dias 8 e 14 de novembro. Ao recepcionar a diretoria e convidados, o presidente da AMAPAR, Frederico Mendes Júnior, afirmou que a entidade dará o suporte necessário para a plena realização do evento. "A AMAPAR, como entidade representativa da magistratura no Paraná, fará o que estiver ao seu alcance para que todos os visitantes recebam aqui o tratamento que gostaríamos de receber no exterior", afirmou Frederico.

Para o desembargador Jorge Massad, ex-presidente da AMAPAR e diretor da AMB, o evento será um sucesso. "Tinha certeza que seria produtiva esta parceria entre AMAPAR e AMB para realizar este evento, que leva o nome do Brasil para o mundo inteiro".



O juiz Marcos Antônio de Souza Lima, que exerce a judicatura em Foz do Iguaçu e faz parte da Comissão Organizadora, destaca que é uma grande honra para magistrados brasileiros receberem um evento deste porte. "Certamente produzirá resultados relevantes para reafirmação da independência da magistratura no mundo todo", disse.

Geraldo Dutra de Andrade Neto, juiz que também atua em Foz e exerce a vice-presidência da AMAPAR, falou que um dos cuidados na organização estará em garantir as reservas dos hotéis para colegas do Brasil e exterior que participarem do simpósio internacional. No ano de 2012, a atuação de Geraldo Dutra foi de extrema importância para que a cidade de Foz fosse aprovada como sede do evento. Na oportunidade, ao participar do 55º encontro da União Internacional de Magistrados que ocorreu em Alexandria, estado da Virginia (EUA), o representante do Paraná foi responsável pela sustentação que resultou na escolha da cidade paranaense como a próxima sede do simpósio da UIM. Outro assunto comentado durante a reunião concentrou preocupação com o serviço de tradução simultânea para magistrados de outros países.

Plenário é o último passo no Senado para aprovação da proposta que reestabelece o ATS para a magistratura



Agora sim, no plenário

Após leituras, proposta do ATS espera o término das eleições para ser apreciada

Tratativas estabelecidas no mês de agosto renderam bons frutos para o avanço da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 63/2013, que tramita no Senado Federal e reestabelece o Adicional por Tempo de Serviço (ATS) para membros da Magistratura e Ministério Público. Ao retornarem à capital federal para acompanhar o tramite da proposta, a diretoria da Associação dos Magistrados do Paraná (AMAPAR) assistiu as últimas leituras da PEC, aprovada no mês de maio na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e que agora será pautada para votação em Plenário.

Mesmo com a base governista não tendo predileção pela proposta do ATS, que foi designada no Senado como a "PEC da Magistratura", o presidente da AMAPAR, Frederico Mendes Júnior, acredita que os magistrados têm mostrado força, principalmente na determinação para enfrentar pressões tendenciosas que visam enfraquecer a carreira. "O importante nisso tudo é que o governo está sentindo, também, que a magistratura tem sua força e não admite mais ser tratada como se

não existisse. Há sim um problema na carreira da magistratura que tem que ser discutido e resolvido. Não se pode considerar normal o fato de mais de 600 pessoas, no país inteiro, terem deixado a magistratura nos últimos dois anos, para procurar algo melhor. Não se trata apenas do ATS, de recomposição salarial, mas sim de reorganizar uma carreira que é fundamental para a sociedade e o estado", enfatiza Frederico.

Referente ao acompanhamento diuturno das tratativas legislativas que interessam diretamente a magistratura, o magistrado paranaense também frisa que AMAPAR tem ocupado lugar de direito no protagonismo dos acontecimentos nacionais que envolvem a classe. "Não queremos e não podemos mais ficar por aqui, parados, aguardando que as coisas aconteçam pelas mãos dos outros. A magistratura paranaense é senhora do seu destino e está se movimentando, correndo atrás do que considera importante para si e para o sistema de Justiça", destaca o magistrado.



Presidentes de tribunais pressionam – Uma carta emitida aos senadores, pelo Colégio Permanente de Presidentes dos Tribunais de Justiça do Brasil, deixou claro o inconformismo dos desembargadores dirigentes quanto à condução arrastada da PEC 63/2013, que trata do Adicional por Tempo de Serviço (ATS) para a Magistratura e membros do Ministério Público.

No documento assinado pelo presidente do referido

"O importante nisso tudo

é que o governo está

sentindo, também, que a

magistratura tem sua

força e não admite mais

ser tratada como se não

existisse", enfatiza

Frederico Mendes

Júnior, presidente da

AMAPAR.

Colégio, o desembargador Milton Augusto de Brito Nobre afirma que o comportamento do Governo, que tem dificultado a tramitação, é "insensível" quanto ao quadro remuneratório injusto e equivocado impingido às carreiras dos integrantes do Poder Judiciário e do Ministério Público. "Não é demais salientar que não se trata de espírito corporativo. Não se está a defender reajuste salarial - embora seja imperioso deixar claro que o subsídio dessas carreiras sofre uma defasagem acumulada superior a 32% - mas sim do reconhecimento da inadiável necessidade de se corrigir uma situação, no mínimo esdrúxula, na qual os juízes mais novos ganham

igual aos mais antigos, em razão da falta do incentivo pecuniário valorizador do tempo de serviço (parcela essencial à estruturação de qualquer carreira)", coloca o dirigente.

O desembargador Milton Nobre comenta também que não existe cabimento o retórico argumento que procura confundir a magistratura e os integrantes do Ministério Público que são carreiras de Estado - com outras carreiras jurídicas que não têm as mesmas vedações constitucionais, legais e ético-sociais. "Entende o Colégio Permanente de Presidentes dos Tribunais de Justiça do Brasil - e daí a necessidade deste protesto - que há evidente desinteresse do Governo em valorizar as carreiras da Magistratura e do Ministério Público que necessitam, além das garantias constitucionais atuais, imprescindíveis ao Estado democrático de direito e à República, ser estruturadas como carreiras verdadeiras, com hierarquização remuneratória que assegure incentivo à permanência compatível com o tempo de

serviço", completa.

Depois das eleições - Como informou o senador tucano Álvaro Dias, do Paraná, em conversas estabelecidas com a diretoria da AMAPAR, pode ficar para depois das eleições a votação da PEC 63/2013. Como noticiou o site do Senado Federal, em nota publicada no dia 15 de agosto, a falta de entendimento para votação da matéria foi confirmada pelo líder do Bloco de Apoio ao Governo, senador Humberto Costa (PT-PE), e pelo presidente da CCJ, senador Vital do Rêgo (PMDB-PB).

A perspectiva é de que a PEC dos Magistrados fique fora da pauta do próximo esforço concentrado e que sua eventual inclusão na Ordem do

Dia só seja discutida pelos líderes partidários após as eleições. Vital também reconheceu que um acordo sobre o tema está longe. "A resistência é grande e diz respeito a questões orçamentárias por parte do governo. Desde a aprovação na Comissão de Constituição e Justiça essa resistência existe. Nós já esclarecemos, mas temos uma dificuldade que se agrava, principalmente num momento eleitoral como este que estamos vivendo", admitiu o presidente da CCJ, que também foi relator da proposta na comissão.

O vice-presidente da AMAPAR,
Geraldo Dutra de Andrade Neto,
considera que o momento é único.
"Não obstante a força contrária do
Governo, nós conseguimos a maioria
no Senado. Queremos respeito. O
Governo não pode agir como se a
magistratura não existisse. A
mobilização permanente, como
agora, é imprescindível para que
tenhamos resultados".







José Roberto Pereira (SINDIJUS) e Patrícia dos Reis (ANJUD) lutam pela isonomia no TJ

Pautas comuns

Assim como a AMAPAR, ANJUD e SINDIJUS criticam o abismo estrutural entre primeiro e segundo graus

A Associação dos Magistrados Paraná (AMAPAR) abriu espaço nesta edição de Novos Rumos para que representantes dos servidores e analistas do Poder Judiciário paranaense falassem das agruras vivenciadas no cotidiano de trabalho. Problemas como a precariedade estrutural e o abismo entre o primeiro e segundo graus foram levantados, além da clara falta de isonomia, amplamente combatida.

Ao ouvir o coordenador-geral do Sindijus-PR, José Roberto Pereira, a reportagem teve confirmada questões prementes no tocante à correção da deficiência estrutural que compromete a primeira instância, responsável, imensamente, pela maioria do volume de processos no Judiciário. "Cobramos as medidas necessárias para correção da deficiência de estrutura, falta de pessoal, equipamentos e um ambiente de trabalho saudável para todos, inclusive para a população que busca a tutela jurisdicional, além, é claro, da segurança em todas as unidades judiciárias", comenta José Pereira.

A falta de respostas mais rápidas por parte da administração do TJ, quanto aos problemas elencados, traz agonia aos servidores, comenta o servidor. "O problema principal é a burocracia, a lentidão das respostas, a falta de participação do Sindijus na elaboração do orçamento, conforme determinam várias resoluções do CNJ, pois normalmente o TJ não informa a entidade de classe a respeito do que está sendo feito, não temos acesso aos procedimentos e às comissões encarregadas de realizar determinados trabalhos. Tudo já vem pronto. Gostaríamos de poder opinar, contribuir para as soluções, pois todos, acreditamos, temos o mesmo objetivo", lamenta.

Isonomia – Atualmente, a principal frente de trabalho do Sindijus está na luta pela isonomia. Segundo José Pereira, a desigualdade entre servidores da primeira e segunda instâncias não passa tão somente pela questão salarial. "Com certeza, com um mesmo tratamento entre o primeiro e segundo graus, carreiras definidas, sem distorções salariais, procedimentos disciplinares

unificados, todos poderão trabalhar com segurança, com ânimo renovado", pontua o representante do servidores.

Em nome dos analistas – Também de forma determinada atua a Associação dos Analistas Judiciários do Paraná (ANJUD), presidida atualmente pela chefe de secretaria da 3ª vara cível de São José dos Pinhais, Patrícia Elache Gonçalves dos Reis. Ela enfatiza que a cordialidade no relacionamento e diálogo com a direção do TJ, não significa inexistência de divergências.

Sobre o recorrente problema que trata da isonomia, Patrícia verifica uma resistência histórica por parte do TJ, principalmente ao alegar falta de orçamento para a implantação de medidas que garantam igualdade entre servidores que ocupem cargos com mesmo requisito de escolaridade. "Ainda que tais medidas sejam adotadas de maneira gradativa, nada mais oferecendo além de percentuais isolados de reajuste salarial, bemvindos, porém insuficientes", critica.

A representante dos analistas vai além e recorre ao problema existente na pequena fatia do orçamento destinada ao primeiro grau. Tal preocupação fez com que a ANJUD, em atitude de grande representatividade, fosse até o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) solicitar a suspensão provisória da nomeação de 160 técnicos judiciários para o Segundo Grau, até que seja averiguado o efetivo comprometimento do orçamento destinado ao aparelhamento da primeira instância, como traz a nos termos da Resolução n.º 194 do CNJ.

Ao defender seus associados, a dirigente da ANJUD não economiza ao afirmar que o cargo mais carente de atenção por parte da administração do TJ é justamente o de analista judiciário. Ao possuir nível superior de escolaridade como requisito de ingresso, ela lembra que a remuneração dos analisas é muito próxima à percebida por ocupantes de cargos de nível médio. "Existindo entre eles uma diferença mínima e injustificável de aproximados R\$ 700", informa.





"Embora de diferentes carreiras, nossas lutas nos unem"

Presidente da Associação dos Defensores Públicos do Estado do Paraná, Thaísa Oliveira fala da diminuta estrutura para atender jurisdicionados

Em funcionamento desde novembro do ano passado, a Associação dos Defensores Públicos do Paraná (ADEPAR) foi criada após a tão divulgada reestruturação do quadro da Defensoria Pública no Estado - uma das últimas a aumentar o número de profissionais e que continua aquém de atender a demanda que objetiva defender judicialmente a população pobre.

Sob a presidência de Thaísa Oliveira dos Santos, a ADEPAR luta justamente pelos avanços do acesso à justiça, ao também assistir os 78 defensores que atuam em terras paranaenses, nas 160 comarcas espalhadas pelo estado. "O sistema consagra a Defensoria Pública como instituição essencial e independente, devendo seus membros receber tratamento isonômico, tudo em prol da democratização do sistema de justiça", afirma Thaísa, ao responder à revista Novos Rumos sobre as dificuldades enfrentada pelos defensores.

Para a representante dos defensores públicos do Paraná, as questões deficitárias partem da diminuta estrutura da Defensoria Pública, que frustra a promessa constitucional do acesso à justiça. "Quando há qualquer óbice ao Defensor Público, na verdade, há um ato atentatório à própria prestação jurisdicional. O papel constitucional da Defensoria Pública é de influência e cooperação ao Sistema de Justiça. Ao trabalhar com um profissional mais preparado, o juiz possui melhores condições de exercer o seu livre convencimento e julgar os processos que estão sob sua responsabilidade. No entanto, no Paraná existem apenas 78 Defensores Públicos para atuar em 160 comarcas" informaThaísa.

Outro ponto que prejudica a prestação do serviço jurídico está na instabilidade do PROJUDI, como criticado por Thaísa, por ser uma ferramenta instável desenvolvida para a consecução do trabalho em via eletrônica. "Não há dúvidas, a diminuta estrutura, o pequeno quadro de Defensores Públicos e as

deficiências do PROJUDI interferem na prestação jurisdicional e na vida de milhares de pessoas que necessitam exercer o direito a ter direitos", resume a presidente da ADEPAR.

Notícia recente, divulgada pelos jornalões paranaenses, também deixou Thaísa Oliveira preocupada com a possibilidade de cortes no orçamento destinado à Defensoria Pública do Paraná. Para ela, a ausência de recursos impossibilita qualquer avanço para a efetivação da cidadania com a implementação de novas unidades. "Lembrar que além de prédios, a prestação do serviço público envolve equipamentos, pessoal capacitado para atender as demandas que todos os dias chegam aos Defensores Públicos. Embora o orçamento esperado não esteja previsto na Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO), a ADEPAR tem envidado esforços para que o problema seja contornado na Lei do Orçamento Anual (LOA), de modo que os planos de curto prazo sejam materializados em 2015", informa.

Sobre interesses comuns aos buscados pela Associação dos Magistrados do Paraná (AMAPAR), a representante dos defensores afirma que existem bandeiras que possam unir as duas classes. Thaísa acredita que as lutas das entidades de classe superam em muito as questões corporativas, na medida em que as associações representam o anseio de seus membros, com o aperfeiçoamento e prestígio de suas instituições. "De outro lado, cabe às associações lutarem por melhor política remuneratória e, a cada dia, atender as demandas pessoais dos seus membros, reconhecendo juízes e defensores públicos como seres humanos, apesar de todos os desafios do sistema de justiça", completa. Ao finalizar a conversa, ela acrescenta como também importante o incentivo às formas de resolução alternativa de conflitos resolução extrajudicial e justiça restaurativa - como medidas de desjudicialização dos conflitos. "Em suma: embora de diferentes carreiras, nossas lutas nos unem. Isso é cooperação", conclui.

Para fortalecer a magistratura

AMAPAR inicia visitas institucionais aos magistrados que ainda não fazem parte do quadro de associados

Após autorização aprovada em reunião de diretoria, a AMAPAR inicia nos próximos meses uma campanha inédita na história da entidade, que objetiva estimular o ingresso e reingresso de associados. A iniciativa da associação buscará "repatriar" quem tenha se desassociado ou convidar magistrados que optaram por não se associar em tempo oportuno à AMAPAR. "Acreditamos que juntos somos mais fortes e poderemos conquistar e preservar da melhor forma os nossos direitos e prerrogativas", afirmou o presidente, juiz Frederico Mendes Júnior, em boletim eletrônico encaminhado aos associados.

Conquistas da AMAPAR - O mandatário da associação também crê que as diversas conquistas, com base em lutas e tratativas em prol da magistratura, resultaram no esforço coletivo dos magistrados que participaram das diretorias da AMAPAR ao longo das gestões. Ele lembra e cita, como exemplo, a instituição do auxílio saúde, auxílio alimentação, da recente aprovação do projeto de lei que instituiu e efetivou o auxílio moradia, além do movimento para combater o intuito de afastar os juízes de Direito da integralidade da jurisdição eleitoral e da campanha para instituição das eleições diretas para os cargos de cúpula dos Tribunais de 2^a instância.

Como reingressar - Para o reingresso ou ingresso na Associação dos Magistrados do Paraná não haverá carência da Mútua Judiciária e nem necessidade de desembolso por parte dos novos associados. O magistrado que desejar o ingresso ou reingresso na AMAPAR poderá escolher o sistema escalonado na Mútua Judiciária, com a contagem de todo o tempo de efetiva contribuição para aqueles que já foram associados, recaindo, então, na faixa de indenização respectiva, o que resultará na ausência de qualquer dispêndio financeiro atual ou futuro.

Poderá, alternativamente, escolher o sistema de indenização pelo valor fixo, no valor de R\$ 303.704.32. Nesse último caso, será calculado o número de prestações da mútua judiciária que deixaram de ser recolhidas e o desconto do valor não recolhido será feito neste mesmo número de parcelas quando do efetivo pagamento da indenização, pelo valor da parcela vigente quando do pagamento da indenização. Assim, também

não haverá dispêndio de recurso financeiro atual, havendo o desconto de valores em futuro pagamento de indenização.

Quanto à JUDICEMED, o reingresso ou ingresso do magistrado e dependentes poderá ser automático quando do ingresso ou reingresso na Associação, com possibilidade de portabilidade dos planos de saúde mantidos anteriormente, ou, em caso de inexistência, apenas com os períodos de carência previstos em lei e regulamento da ANS. Desta forma, a atual diretoria da AMAPAR espera que os magistrados do Paraná possam atender ao convite, que é um verdadeiro chamado pela união e força para a magistratura.

A AMAPAR luta e conquista para TODOS os magistrados

- Estrutura de trabalho no 1º Grau
- Reposição do subsídio
 - ATS
- Benefícios legais como auxíliosalimentação, saúde e moradia
- Participação do 1º
 Grau na
 administração
- Democracia no TJ
- Permanência do atual sistema dos Tribunais Eleitorais



Apoio da diretoria - Dúvidas podem ser esclarecidas com os vice-presidentes, Nilce Regina Lima (41 9947-9175), Geraldo Dutra de Andrade Neto (45 9132-9173), João Maria de Jesus Campos Araujo (41 9139-3921) ou com os diretores, Nicola Frascati Junior (44 9114-5097) e Marcel Ferreira dos Santos (41 9677-8893).





AQUI O TRABALHO VAI ALÉM DE BATER O MARTELO.

Assessoria completa e especializada para você ficar tranquilo.

Com uma vasta experiência no segmento, a Rocha Leilões presta toda assessoria para realizar o seu leilão, desde a preparação dos documentos até a veiculação da publicidade do mesmo.

O escritório possul uma equipe qualificada que acompanha todo o processo de venda, solucionando todas as dúvidas que possam surgir e trazendo comodidade ao contratante, além da certeza de bons

negócios a cada leilão. CONSULTE-NOS.

Clássicos do cinema

José Ricardo Alvarez Vianna é juiz em Londrina

Clube da Luta ("Fight Club") é um filme americano de 1999, dirigido por David Fincher, que tem no elenco Brad Pitt, Edward Norton e Helena B. Carter como protagonistas. Edward Norton vive o papel de um personagem cujo nome não é revelado. Por vezes, ele se autodenomina como "Jack", o que, na tradição estadunidense, equivale a alguém comum e sem expressão. Este é ponto chave para entender o filme. Em certa passagem, "Jack" esclarece que foi abandonado pelo pai quando tinha seis anos de idade. Apesar disso, seguiu os protocolos sociais e se tornou uma pessoa integrada ao sistema social. Trabalha para uma seguradora, tem um confortável apartamento, um bom salário etc. No entanto, começou a sofrer de insônia e isto lhe causa angústia e uma sensação de vazio, tudo sem causa aparente. "Jack", então, decide procurar medicação para isto, mas recebe a recomendação médica para começar a frequentar grupos de apoio a pessoas doentes para ver a verdadeira dor do mundo. Nessa reuniões irá conhecer Marla Singer (Helena B. Cartel), com quem passa a se relacionar. As sessões, porém, pouco auxiliam "Jack". É neste contexto que surge o contato com Tyler Durden (Brad Pitt). Tyler e "Jack" acabam fundando o "Clube da Luta"; uma espécie de grupo de amigos que travam lutas – um contra um –, espancando-se mutuamente.

É aí que entra a pergunta: por que "Jack" fundou o Clube da Luta? Contra quem ele está lutando? Por quê? Para quê?

Pois bem. São justamente estas questões que suscitam reflexão no filme. Num primeiro momento, poderia se pensar que a luta é contra ele mesmo. Mas isto soaria óbvio demais. A luta, ao que parece, é contra ele também, mas principalmente contra o sistema capitalista.

Para entender essa "causa", cabe notar que "Jack" não tem nome, ou seja, não tem uma identidade definida. E por quê? Porque seguiu os comandos sociais e, não obstante tenha alcançado uma vida considerada "boa" para os padrões estabelecidos, isto não o aproxima dele mesmo, daí a angústia, o vazio, a crise existencial. Diante disso, resolve dar vazão a seus impulsos primitivos, dentre elas a agressividade, a violência; características ínsitas em todos seres humanos, eis que se trata de instinto.

Não tarda e o grupo ganha adesão de inúmeros "lutadores" que passam a seguir o(s) líder(es): Tyler e "Jack". Mais adiante, surgem os planos de atacar o sistema capitalista. Não por acaso, o grupo logo se reconhece como uma organização antimaterialista e anti-capitalista, denominada "Project Mayhem", com várias "células" espalhadas pelos EUA, e que pretende eliminar os dados cadastrais dos clientes que movimentam as corporações financeiras, causando um colapso no sistema.

As instituições públicas, em contrapartida, esclarecem via mídia à população que a situação está sob controle, porém o grupo de "Jack", formado basicamente por trabalhadores braçais está por todo lado, e facilmente, após se infiltrarem como garçons em um jantar, rendem o chefe da operação e exigem que as



investigações cessem imediatamente, pois eles – os membros do grupo - estão por todo lado e, agora, estão organizados. Neste ponto, o enredo parece remeter a uma espécie de revolução do proletariado, bem ao estilo idealizado de Karl Marx, e adaptado para a sociedade contemporânea.

Paralelamente, "Jack" ainda vive a busca por sua identidade; quer saber quem ele é e como lidar com sua vida interna e sua vida externa; como lidar com os relacionamentos emocionais e profissionais; leia-se: sistema. Sucede que esta busca de redenção só irá ocorrer quando ele se dispõe a enfrentar seu "alter ego" e vencer, em seu interior, o sistema capitalista que o oprimia, coisificava e o anulava como pessoa, passando a seguir seu caminho com a identidade que ele mesmo construiu, e não a que ditaram para ele.

O filme traz abordagens de cunho sociológico, psicológico, antropológico e, como sempre, jurídico. Além disso, é repleto de frases de efeito, dentre as quais podem ser destacadas: "Uma luta de cada vez"; "as lutas duram o tempo que for necessário"; "as coisas que você possui acabam possuindo você"; "trabalhamos em empregos que não gostamos para comprar um monte de coisa que não precisamos"; "seu emprego não é o que você é, nem o quanto ganha ou quanto dinheiro tem no banco"; "vocês não são especiais. Vocês não são um belo ou único floco de neve. Vocês são feitos da mesma matéria orgânica em decomposição como tudo no mundo"; "só depois de perdermos tudo é que somos livres para fazer qualquer coisa"; "saia do seu apartamento. Encontre uma pessoa. Pare com a compra excessiva. Comece uma luta. Prove que você está vivo. Se você não for atrás da sua humanidade, você vira estatística"; "esta é a sua vida, e ela está acabando um minuto de cada vez"; "fomos criados pela televisão para acreditar que um dia seríamos milionários e estrelas de cinema, mas não nos tornamos isso, e aos poucos tomamos consciência disso"; "não queira ser completo, nada de querer ser perfeito. Pare de tentar controlar tudo..."

Como se percebe pelo tom reflexivo das frases que traz, o "Clube da Luta" não é apenas um filme de ação, mas um filme que perpassa pelos meandros do ser humano onde estão várias formas de "luta", inclusive aquela travada consigo próprio, uma das mais difíceis, aliás...







O menino das latinhas

Seu nome é Alvari.

Tem oito anos de idade, cabelos lisos aparados, olhos claros curiosos.

Estava sentado em um banco à beira-mar, tendo ao seu lado um enorme saco plástico contendo latinhas vazias de cerveja e refrigerante. Passamos a observá-lo, do banco ao lado.

Em dado momento, ele levantou e desceu da calçada, rolando na areia como se estivesse brincando de luta, com um parceiro imaginário. De repente, deu-se conta de que deixara sem vigilância o saco de latinhas e voltou rápido para o banco da calçada.

Puxamos conversa.

Aproximou-se, tímido. Contou que aquela era sua tarefa diária: juntava as latinhas que encontrava, primeiro na região do Morro do Cristo, depois na praia central daquele balneário. Era por volta de 19 horas e ele iria aguardar ali até às 21 horas, quando então seu pai passaria para apanhar o pesado saco de latinhas.

Depois das 21 horas, se juntaria ao pai e ao irmão e iriam os três catar latinhas na praia central e na praça da Igreja Matriz, locais onde se concentra, à noite, o maior número de pessoas. Fariam isso até meia-noite. Chegariam em casa por volta de uma hora da manhã, quando iriam jantar.

Com ingênua alegria, contou que essa é a sua rotina diária, durante as férias escolares, trabalhando das 15 às 24 horas.

Perguntamos por que estava de camisa de mangas compridas, embora o forte calor. Disse que foi a "primeira" camisa que encontrou na hora de sair. Imaginamos que sua mãe não deveria estar em casa, caso contrário não deixaria o menino sair, naquele calor, de mangas compridas.

Seus olhos brilharam quando contou que, de manhã, brinca com carrinho (que, por sinal, ganhou de presente de um Papai Noel desconhecido que apareceu lá por onde ele mora). Seu pai é dono de um bar e sua mãe limpa casa de veranistas.

Contou que certo dia um moço o viu juntando latinhas e

disse que tinha várias em sua casa. Alvari foi com esse moço e realmente quase encheu um saco, de tantas latinhas que ganhou. E ganhou ainda mais R\$ 5,00 daquele moço desconhecido. Foi um dia muito feliz! Felizmente, era um moço bem intencionado. A quantos perigos se expõe o nosso herói!

Fitou de novo o mar. Disse que está na 2ª série e que, quando crescer, quer ser polícia para poder usar "aquela roupa". Como toda criança, sobre ele a farda exerce estranho fascínio.

No calçadão, as pessoas caminhavam, indiferentes. Na rua, os carros passavam, com música alta. "Faroeste caboclo", música da Legião Urbana, veio a calhar. Na areia, casais de namorados trocavam olhares. Alvari parecia não ver nada disso, olhando um ponto indefinido, como se assistisse a um filme, que se repete todos os dias.

Para nós, a caminhada deveria continuar. Para o pequeno protagonista, porém, a noite ainda reservava muito trabalho.

Lembramos do nosso filho mais novo, então com onze anos, naquele momento em outro lugar, entregue às brincadeiras da idade. Para o Alvari, a vida séria começou muito cedo. Sem oportunidade de escolha.

Pensamos em "como" ajudar, embora soubéssemos que existem muitos Alvaris por aí, filhos dos garçons, das cozinheiras, das domésticas, dos vendedores ambulantes, do grande contingente de pessoas anônimas que servem os veranistas, durante a temporada. Ou filhos de ninguém.

Despedimo-nos e ele ficou a olhar o casal que se afastava.

Logo voltou a sentar no banco, decerto sonhando com o dia em que poderia correr livre pela areia, entrar no mar e dar mergulhos naquela água morna, sem preocupar-se com o saco de latinhas. Um sonho povoado de fantasias, vendo-se com a farda de polícia, em um mundo diferente, onde os meninos podiam brincar e ser simplesmente meninos...

Albino Freire é juiz aposentado e professor de português

DATISSIMA VENIA

"Não sei por quê, mas é principalmente nos meios forenses que se encontram com maior frequência esses incautos delinquentes. Sim, os bacharéis do latinorum, os latinistas militantes ... Mas, quousque, tandem, doctores, abutere patientia nostra?!"

Que me perdoem Suas Excelências, os doutos. Mas, não tenho culpa de ser talvez um pouco mais sensível do que outras pessoas, a certo tipo de sons. Se assim não fosse, passar-me-iam despercebidos, a mim, como a tanta gente, heresias latinas, bobagens gramaticais que fariam Cícero estremecer e César descabelar-se, e que devem fazer remexerem-se no túmulo os grandes poetas Vergílio e Ovídio.

Venho de um tempo em que se estudava o Latim. Belo idioma, que nos foi ensinado através de majestosos textos e inesquecíveis poemas e interessantíssimas fábulas: De Bello Gallico, As Catilinárias, Verrinas, Eneida, Rana Rupta et Bos ... Ah! Que saudades! Hoje as coisas mudaram. Ninguém estuda nem sabe mais Latim. E o que é pior: têm surgido, nos últimos tempos, vindas não se sabe de onde, verdadeiras falanges de pseudolatinistas que se aventuram por seus caminhos sinuosos e enigmáticos, brandindo latinismos por todos os lados. Não sei por quê, mas é principalmente nos meios forenses que se encontram com maior frequência esses incautos delinquentes. Sim, os bacharéis do latinorum, os latinistas militantes ... Mas, quousque, tandem, doctores, abutere patientia nostra?!

Certa feita, procurei, gentilmente, corrigir um ilustre amigo meu, jurista de renome que escrevera: Mutatis mutandi. Eu lhe falei que a forma correta é: Mutatis mutandis. - Mas por quê? - Porque, disse-lhe eu, trata-se de ablativo absoluto e, assim sendo, ambas as palavras ... - Chega, disse ele. Não me complique a vida. Latim, eu toco de ouvido....Esse é o problema! Tocar de ouvido! Você passa anos a fio estudando uma língua morta, dificílima e, apesar disso, procura usá-la modestamente, até com certa parcimônia. E de repente, aparecem, por aí, esses «músicos latinistas», atacando de latinorum a torto e a direito. É data maxima venia pra lá; é datissima venia pra cá; venia concessa pra acolá. Fiscos legis, por Custos legis! Não dá para aguentar! Data venia é uma forma estereotipada, que não pode ser mutilada ou degustada ao sabor do freguês. Outras preciosidades: Inaudita



altera pars está errado. O certo é: Inaudita altera parte, porque com o ablativo absoluto, todos os termos vão para o caso ablativo. E o ablativo singular de pars - partis (3ª declinação) é parte.

Também errônea a forma: Ad juditia. O correto é: Ad judicia. Deve-se o equívoco provavelmente à analogia que se faz com a palavra Justitia (correta). Homo hominis lupus - errado. O certo é: Homo homini lupus. Homini, por causa da regência do caso dativo. O engano se deve ao fato de que, em português, a tradução é: « ... do homem», levando a crer que seja o caso genitivo (: do homem). A tradução ad litteram (ao pé da letra) é: «O homem lobo para o homem». E numa versão ad sensum (livre, pelo sentido): «O homem é lobo do próprio homem». Já que estamos falando nisso, não acentue os prefixos: «super», «hiper», «semi», na formação de palavras compostas em português. Você incorreria numa ultracorreção gráfica, ou seja, iria tentar corrigir uma forma que está correta.

Mas, já que você tanto gosta de Latim, vou deixar-lhe algumas expressões selecionadas, bonitas, corretas, que você poderá usar à vontade. Ei-las: Verbo ad verbum - palavra por palavra. Verbo é ablativo; verbum é acusativo regido pela preposição «ad». Verbum pro verbo também significa «palavra por palavra». Nesta segunda forma, verbum é nominativo singular neutro da 2ª declinação; verbo é ablativo singular regido pela preposição pro. Olhe que primor: Omnia munda mundis - Tudo é puro para os puros! E esta: Quandoque bonus dormitat Homerus -Até o bom Homero às vezes cochila ... Finalmente: Nemo dat quod non habet - Ninguém pode dar o que não tem. Aliás, é bom que se diga, o uso de expressões latinas deve ser discreto e módico e restringir-se aos casos em que tais locuções contenham aquela concisão e expressividade que só a língua latina possui. Caso contrário, não se justifica. Em suma, eu não quero ser esnobe, mas quem não pode não se estabelece. Quem não sabe latim, que se contente com o português. Ou se preferirem, ne sutor ultra crepidam (: não vá o sapateiro além da sandália) ...







Dá um ruim

No elevador, sexta-feira, subindo para o meu trabalho, me deparo com seis mulheres. De um lado, três delas com uniforme cinza, perfiladas em linha e encostadas na parede. São as ascensoristas. Do lado oposto, também em linha e encostadas na parede, estão as outras três, vestindo uniforme azul marinho. Estas são as encarregadas da limpeza do prédio.

Eu, exatamente no meio delas, em silêncio, apenas ouvindo e observando. Seguiu-se o seguinte triálogo:

- A empresa de vocêis tem vaga para nóis? Indagou uma das de azul marinho.
 - Não tem mais. Ontem contrataram a última respondeu uma das de cinza.
- A empresa de vocêis dá curso para trabalhar aí? Falou a outra de azul marinho, apontando para a que pilotava o elevador.
- Dá. Amanhã à tarde vai ter um de cinco horas respondeu a pilota (se tem presidenta, porque não pode ter "pilota").
- Nossa! Só de pensar em fazer um curso num sábado à tarde já me dá "um ruim", respondeu a terceira, de azul marinho.

De fato, fazer um curso, num sábado à tarde, dá um "ruim" mesmo. O que não dá um "ruim" é ficar onde ela estava, eternamente no servico de limpeza.

Assim são os acomodados. Recusam-se a fazer qualquer coisa que dê "um ruim" e se conformam, por puro comodismo, com a sua situação, ainda que não seja a das melhores.

Acorde, amigo. Saia desse marasmo. Você que terminou a faculdade precisa fazer um curso de especialização, se preparar para um concurso público, enfim, entrar no mercado de trabalho. Você que já está no mercado de trabalho e ganha bem, pode melhorar, buscando aperfeiçoamento e novos horizontes. Você que está casado e a sua vida entrou na rotina, busque alternativas. Vá ao teatro, ao cinema, programe uma pequena viagem, só os dois. Você que já se aposentou e acha que aposentadoria é para não fazer nada, ficar em casa assistindo à televisão e chateando a esposa, saia dessa. Faça um curso de inglês, se já não o fez, aliste-se como voluntário em alguma instituição de caridade, aprenda a tocar algum instrumento. Leia bons livros.

Enfim, você que está me lendo agora está desafiado a enfrentar um "ruim", qualquer tipo de "ruim", porque o ruim, o ruim mesmo, é se acomodar com o que tem, achar que tudo está bom e que nada precisa melhorar. Como disse Saramago: "O egoísmo pessoal, o comodismo, a falta de generosidade, as pequenas cobardias do quotidiano, tudo isto contribuiu para essa perniciosa forma de cegueira mental que consiste em estar no mundo e não ver o mundo, ou só ver dele o que, em cada momento, for suscetível de servir os nossos interesses".

Portanto, viva o "ruim"!



Futebol e convênio

No mês de julho a turma de futebol da sede de Piraquara recebeu a visita da **Prime Consórcios**, que possui convênio com a Associação dos Magistrados do Paraná. Na ocasião, os magistrados estrearam novos uniformes e degustaram saboroso jantar, ambos ofertados pela Prime.

Interessados no convênio da AMAPAR com a Prime Consórcios podem contatar Alexandre Silva. telefone 41 9915 6398 e 41 3324 0938.



Aposentados

A Casa do Magistrado do bairro Pilarzinho, em Curitiba, recebeu mais de 80 magistrados aposentados durante encontro histórico promovido no dia 11 de agosto, pela Associação dos Magistrados do Paraná (AMAPAR). Além da oportunidade de relembrar grandes fatos que marcaram a história do Poder Judiciário e da própria AMAPAR, que completou 57 anos de existência no dia 11, também foram debatidos assuntos institucionais. Ao abrir o encontro e agradecer a honrosa presenca de todos, o presidente da AMAPAR, juiz Frederico Mendes Júnior, destacou que muitos dos colegas presentes serviram de inspiração para que ele trilhasse a carreira de magistrado. "Vejo aqui pessoas que me inspiraram a ser juiz e que serviram de modelo para minha carreira", afirmou. Frederico também disse que a AMAPAR precisa destinar grande atenção à importante parcela dos magistrados aposentados que são associados à entidade. "Essa reunião é um grande passo nesse sentido", completou. Também presente ao encontro, o vice-presidente da AMAPAR, João Maria de Jesus Campos Araújo, que também atua como diretor da sede de Guaratuba e na diretoria de aposentados, classificou o encontro como muito gratificante. "Compareceram mais de 80 associados aposentados, fato que demonstra a coesão e força da AMAPAR".

TABELA DE MENSALIDADES - SETEMBRO/2014	
FAIXA ETÁRIA	CONTRIBUIÇÃO
0 a 18 anos	R\$ 143,69
19 a 23 anos	R\$ 235,24
24 a 28 anos	R\$ 321,41
29 a 33 anos	R\$ 346,70
34 a 38 anos	R\$ 402,28
39 a 43 anos	R\$ 438,92
44 a 48 anos	R\$ 527,47
49 a 53 anos	R\$ 616,37
54 a 58 anos	R\$ 669,03
59 anos ou +	R\$ 862,07

Reajustes da Judicemed

Prezados Associados,

Tem o presente a finalidade de repassar a Vossa Excelência a nova tabela de mensalidades da Judicemed, que entrará em vigor a partir de setembro de 2014. O percentual de reajuste será **9,65%**.

Ao ensejo, renovo a Vossa Excelência os protestos de estima e consideração.

Luciano Carrasco Falavinha Souza Vice-Presidente



Os papéis do Poder Judiciário na aplicação da Lei Anticorrupção

quanto o crivo

realizado pelo

Em 29 de janeiro de 2014 entrou em vigor a Lei no 12.846/2013, conhecida como a Lei Anticorrupção. Esta lei dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil das pessoas jurídicas por atos lesivos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira. Suas principais novidades são: a) a responsabilidade objetiva; b) a possibilidade de punição de empresas nacionais por atos ilícitos cometidos no exterior; c) a gravidade das sanções. O Poder Judiciário, como é próprio em um Estado Constitucional, desempenha papéis fundamentais na aplicação concreta da nova lei.

Primeiro, como vítima de atos lesivos, que podem

consistir, por exemplo, em fraude a licitação instaurada pelo Tribunal ou em oferta de propina a Oficial de Justiça para protelar o cumprimento de um mandado. Caberá então à autoridade máxima do respectivo Tribunal, no exercício de sua função administrativa, instaurar o processo (art. 80), aplicar as sanções (art. 6o) e eventualmente celebrar acordo de leniência (art. 16). Para o bom desempenho dessas atividades, é imperiosa a regulamentação da Lei no 12.846/2013 no âmbito de cada Tribunal, para: a) fixar competências - a lei admite que o Presidente delegue sua atribuição e exige que um órgão de assistência jurídica se manifeste antes da decisão final; b) definir o rito procedimental – a lei é omissa

quanto aos prazos para especificação de provas, alegações finais e interposição de recurso; c) estabelecer a necessária correspondência entre as infrações e a respectiva sanção. A lei limita-se a criar as sanções administrativas de publicação extraordinária da decisão condenatória e de multa - que pode variar de 0,1% a 20% do faturamento bruto da pessoa jurídica ou, na falta deste dado, de R\$ 6 mil a R\$ 60 milhões - sem indicar critérios objetivos de cálculo.

O Poder Judiciário, desta vez no exercício de função jurisdicional, também desempenhará papel fundamental no julgamento das ações civis públicas propostas para a aplicação das sanções judiciais, que são: a) perdimento de bens; b) proibição de receber incentivos ou empréstimos de órgãos ou bancos públicos; c) interdição parcial; d) dissolução compulsória da pessoa jurídica. A severidade das penas demanda redobrada acuidade no exame da prova e dosimetria minuciosamente fundamentada, de modo a evitar prejuízos injustificados à função social desempenhada pela empresa acusada (CF, art. 50, XXIII).

Mas, por fim, e talvez mais importante, será o papel do Poder Judiciário no controle dos atos administrativos sancionadores praticados pelos demais poderes, especialmente o Poder Executivo. Os agentes públicos encarregados de impor as sanções administrativas não são dotados "das garantias institucionais da magistratura, notadamente a inamovibilidade e a vitaliciedade", sem as quais, pontifica Fábio Konder Comparato, "os cidadãos não teriam condições de opor seus direitos fundamentais ao Estado" (Rumo à Justiça, Saraiva, 2010, p. 279).

> Surge daí o fundado receio de que o processo administrativo seja usado com viés arrecadatório, de vindita política ou, quando menos, que o agente opte por aplicar sempre a sanção mais elevada para escapar da pecha de leniente. Como bem observa Jaques Chevalier, atualmente "o Estado não aparece mais somente como um lugar de pureza, de desinteresse, de altruísmo, mas também como local de estratégias individuais, sustentada pela procura do proveito e do interesse pessoal" (O Estado Pós-Moderno, Fórum, 2009, p. 83).

Nesse cenário, o controle do ato sancionador deve ser tão abrangente quanto o crivo realizado pelo Tribunal a respeito de uma sentença. Sem que se

cogitasse de ofensa à separação dos poderes, o Superior Tribunal de Justiça já decidiu que "é possível o amplo controle judicial desse ato, sem que haja limitação às questões formais" (MS no 15.064). Cumpre, assim, verificar se as garantias próprias do processo penal comum foram observadas (STJ, RMS no 24.559) e se a condenação está respaldada "em prova convincente, sob pena de comprometimento da razoabilidade" (STJ, MS no 12.429) e da consequente anulação do ato sancionador. O controle da motivação e da proporcionalidade do quantum da pena deve ser tanto mais intenso quanto maior for a abertura da norma que abstratamente comina a sanção.

Somente com a observância dessas diretrizes, a Lei no 12.846/2013 se legitimará como instrumento de combate a corrupção sem ameaçar garantias elementares do Estado Democrático de Direito, onde punir um corrupto é tão importante quanto absolver um inocente.

"Nesse cenário, o controle do ato sancionador deve ser tão abrangente Tribunal a respeito de uma sentença"



VISITE O DECORADO: RUA DOUTOR PEDROSA, 151





tecnisa.com.br/thefive





rojeto arquitetórico: Haggio Schiaron Arquinaura. Pessado pasagletico: Núcieo de Paragero. Projeto de decoração: Anastassado Arquinme Ausociados, incorporadora responsávei: Bareas investmentes insolativos de la destado de 30.117/2012; O empreendimento contará com umisdos quidocemes, que seito expresada comeculamente was rude de horisa NH EMASIL ADMINISTRAÇÃO DE HOTES E PARTICIPAÇÕES LIDA Megano betelem NH HOTELSE SI XA). Bare acumo com umisdos estadoras comeculamento um conformisto instit. Aos comunidades residencias sufficientes servicio estadoras de umisdos residencias sufficientes de conformisto de compensadoras de conformisto de conformisto e específicador na comerciale de conformisto de compensadora de compensadoras de com